

Um novo plano econômico

As informações tornadas públicas sobre a estratégia do plano econômico em elaboração nas áreas técnicas do Governo despertaram expectativas favoráveis nos diversos setores produtivos e no conjunto da sociedade. Embora o detalhamento desse plano ainda seja desconhecido dos agentes institucionais encarregados de esclarecer a opinião pública, desde já se sabe que sua destinação filia-se à ordem de preocupações preponderantes nas lideranças trabalhistas e empresariais.

Vai a iniciativa do Governo inscrever-se como mais um esforço para restabelecer a normalidade no sistema econômico do País, cujas disfunções atingem o equilíbrio das relações sociais e comprometem a decisão oficial de sustentar o crescimento econômico. Dessa vez, porém, o Governo irá munir-se de toda a cautela possível e de instrumentos rigorosos de acompanhamento das medidas adotadas para evitar quaisquer desvios, conforme ocorreu com o Plano Cruzado.

O Brasil necessita cunhar sem a menor hesitação uma proposta política definida para se orientar no campo econômico. As indecisões que se seguiram ao Plano Cruzado, embora ditadas pelo conteúdo de perplexidades no malogro de algumas medidas estratégicas, só têm servido para paralisar iniciativas importantes na área dos investimentos e segurar o processo de desenvolvimento.

Desde logo se sabe que o êxito da política econômico-financeira

em gestação depende do grau de eficácia das diretrizes destinadas a estancar a hemorragia inflacionária, propiciar uma evolução equilibrada dos preços e dos salários e assegurar razoáveis taxas de crescimento. No caso da expansão econômica, a conjuntura recomenda, sem qualquer dúvida, prioridade aos projetos dependentes de financiamento em moeda nacional, que consumam tecnologia já internalizada no País e possam produzi-la em favor de outros setores. Essas pré-condições se tornam exigíveis em consequência das notórias dificuldades enfrentadas atualmente pelo Brasil para captar recursos mais expressivos em dólar, em razão das reações externas à suspensão do pagamento dos juros da dívida.

Quanto ao combate à inflação, é indispensável que o Governo, sem desrespeito aos princípios da economia de mercado, exerça controles mais eficazes sobre a expansão dos preços. Não se trata de congelá-los, ou tabelá-los **ex-abrupto**, mas de uma fiscalização correta e intensiva, de modo que as manobras especulativas sejam combatidas com instrumentos adequados. A especulação tem sido, ao longo da história econômica do País, uma componente de peso na excitação inflacionária, devido à notória inércia das autoridades específicas e às omissões injustificáveis dos agentes fiscalizadores.

Para operar com eficiência e desenvoltura nessa direção, seguramente o Governo não necessitará do exercício de ações draconia-

nas, salvo nos casos ostensivos de violação da lei de economia popular e de enriquecimento ilícito à custa de ganhos imorais. Para a maioria dos casos, bastará colocar à margem das diretrizes estimuladoras do Estado empresas que se comportem de modo irresponsável, na composição de preços do nível do consumidor. A obrigação do Governo de fomentar o desenvolvimento econômico não pode incluir arrivistas e aventureiros, até mesmo para não praticar injustiças contra aqueles setores que se comportam na linha dos interesses comuns da Nação.

Em relação aos salários, é indispensável que o Governo institua mecanismos capazes de preservá-los da erosão inflacionária. Se a escala móvel — gatilho — não atende às exigências de uma estratégia global, como parece *haver sido demonstrado na prática*, outra alternativa deverá ser adotada, de modo que os salários permaneçam em equilíbrio com os preços da economia. Nesse sentido, sempre convém alertar para o fato de que as classes assalariadas, principalmente as de baixa renda, já ofereceram uma contribuição exaustiva ao processo de estabilização econômica do País, ao curso dos últimos dois anos.

No mais, o Governo seguramente contará de novo com a solidariedade nacional para implementar medidas heróicas no campo econômico. Bastará que estabeleça integral transparência em suas decisões e a comuniquem à sociedade com nitidez e alto grau de didatização.